

Ternura, Sexo, Dignidade e Amor¹

Um Estudo das Funções Estruturantes pela Psicologia Simbólica

Carlos Amadeu Botelho Byington²

“Ninguém, nem mesmo a chuva, tem mãos tão pequenas” **³

E.E. Cummings

“Hay que endurecerse sin perder la ternura jamás”

Ernesto Che Guevara

Sinopse

A partir de uma Teoria Arquetípica da História, o autor atribui a incapacidade do Processo de Humanização de exercer plenamente o amor conjugal na sociedade de dominância patriarcal, em boa parte, à repressão da ternura na personalidade do homem e da dignidade na personalidade da mulher. Descreve a plenitude do símbolo do bebê e argumenta que o afastamento da sua convivência com o homem na família patriarcal mantém a repressão da ternura, da sensibilidade e da afetividade provenientes da formação machista de sua personalidade. Acrescenta que o correspondente na mulher patriarcal é a dificuldade de manter a sua dignidade devido à submissão que acompanha a repressão da sua auto-suficiência criativa e da sua sexualidade.

O autor prossegue e assinala que o desenvolvimento da sensibilidade e da ternura do homem na cultura patriarcal se fizeram defensivamente na Sombra através da homossexualidade masculina e que o desenvolvimento da auto-suficiência criativa e da sexualidade na mulher ocorreram sombriamente através da prostituição.

Para terminar, o autor argumenta que o amor conjugal hetero e homossexual se desenvolvem junto com o amor social e o amor ecológico somente sob a dominância do Arquétipo da Alteridade e do Arquétipo da Totalidade e, por isso, interpreta o “mito do amor impossível” como a busca emergente do amor conjugal vetada pela dominância patriarcal ainda vigente.

¹ Artigo publicado na Janguiana, revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica, nº18, São Paulo, 2001.

² Médico Psiquiatra e Analista Junguiano. Membro fundador da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica. Membro da Associação Internacional de Psicologia Analítica. Educador, historiador e criador da Psicologia Simbólica Junguiana.
e-mail: c.byington@uol.com.br site: www.carlosbyington.com.br

³ Frase do poeta que encabeça o script da peça de Tennessee Williams, À Margem da Vida, estreada em Nova Iorque em 1944.

O autor conclui que apesar da busca do amor conjugal estar desestruturando a família e a organização social patriarcal tradicional, sua realização é parte essencial da vivência da compaixão social e ecológica indispensáveis para a continuidade criativa do processo de humanização e da salvação de nossa espécie.

Introdução

Em 1970, a Dra. Catarina Kemper, uma das fundadoras da Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro, contou-me que, enquanto ainda vivia na Alemanha, um colega psicanalista chamado Schultz-Hencke havia chocado a Sociedade de Psicanálise com a teoria que “ a ternura (Zärtlichkeit) é uma pulsão primária do Id, tão primária quanto a sexualidade e que, por isso, não pode ser a esta reduzida...”. Com a experiência da vida, esta idéia cresceu dentro de mim. Ao formular o conceito de função estruturante criativa e defensiva para abranger todas as funções da natureza animada e inanimada e ao estudar a relação homem-mulher no processo de humanização em busca do amor conjugal, a ternura foi se me apresentando como uma função estruturante de importância central e, de longe, mais importante que a sexualidade. Ao me dar conta da importância do desenvolvimento da ternura na personalidade do homem e do desenvolvimento da dignidade na personalidade da mulher para a vivência do amor conjugal, percebi também que elas haviam se tornado funções estruturantes defensivas devido à repressão tradicional da ternura na personalidade do homem equivalente à repressão da dignidade na personalidade da mulher. Uma das intenções deste artigo é buscar a explicação para essa repressão histórica.

Vicissitudes Históricas da Ternura e a Dignidade

Pelo fato de a Psicologia Simbólica descrever o desenvolvimento arquetípico em função do Processo de Humanização (Teilhard de Chardin, 1947), abordarei com amplos traços os três grandes referenciais deste processo para emoldurar sua perspectiva milenar, dentro da qual estudarei as funções estruturantes da ternura e da dignidade, buscando a explicação para a sua repressão sistemática na personalidade do homem e da mulher.

De acordo com uma Teoria Arquetípica da História (Byington, 1983) e seguindo a estimativa da família de arqueólogos Leakey de que nossa espécie tem cem mil anos, intuo que durante os noventa mil anos que fomos caçadores-coletores tivemos uma

dominância do Arquétipo Matriarcal na organização de nossa Consciência. Provavelmente, vivíamos... para sobreviver. A fome, as intempéries, os animais ferozes e os grupos rivais nos faziam conhecer precocemente a morte. Esta primeira grande fase da humanidade desenvolveu-se dentro do princípio da sobrevivência e da sensualidade, que caracterizam o Arquétipo Matriarcal, tanto na personalidade do homem, quanto da mulher e da cultura. Matriarcal, neste sentido, se refere à matriz.

A descoberta do pastoreio e do plantio entre dez e vinte mil anos atrás nos permitiram adotar a vida sedentária em aldeias que lentamente deram origem às cidades. A imensa transformação trazida pela revolução agrícola-pastoril gerou o título hereditário de posse da terra junto com a construção das cidades e, como tão bem descreveu Engels (1888), ensejou a formação da família moderna, da propriedade privada, das classes sociais e do Estado. Assegurada a moradia e a alimentação, o princípio existencial da sensualidade, característico do Arquétipo Matriarcal, foi suplantado em importância pelo princípio existencial da organização, característico do Arquétipo Patriarcal. Esta mudança do paradigma de dominância arquetípica foi, dentro da perspectiva milenar do Processo de Humanização, o acontecimento mais importante da civilização na antiguidade.

A Psicologia Simbólica descreveu o funcionamento da Consciência Individual e Coletiva através da relação Ego-Outro regida por arquétipos, o que permitiu a expansão do conceito de arquétipo (formulado por Jung como matriz imagética do Inconsciente Coletivo) para abranger também a Consciência Individual e Coletiva. Desta maneira, podemos compreender melhor como o aumento extraordinário do poder da Consciência Coletiva ensejado pela capacidade de organização do Arquétipo Patriarcal coordenou a formação das nações e dos impérios do regadio (Ribeiro, 1968) que, através dos milênios, dominaram e configuraram a subdivisão sociopolítica moderna do Planeta. A abrangência da coordenação do Consciente e do Inconsciente pelo conceito de arquétipo nos permitiu conhecer os quatro grandes Arquétipos Regentes que coordenam o processo de elaboração simbólica para formar a Consciência. São eles o Arquétipo Matriarcal, o Arquétipo Patriarcal, o Arquétipo da Alteridade e o Arquétipo da Totalidade. Eles operam a volta do Arquétipo Central e dão origem às quatro grandes visões de mundo das quais nossa espécie é capaz (veja o gráfico no final). Três dessas mentalidades já se expressaram como dominantes na história da humanidade. A quarta começa a despontar com o processo de globalização ora em curso. Elas se apresentam também, ora uma ora outra, de forma dominante nas várias fases da vida individual (Byington, 1996 A). Mas, o que é mais importante de tudo é que os quatro Arquétipos Regentes disputam entre si a coordenação da elaboração simbólica para formar e operar a Consciência Individual e

Coletiva. Ora, quando abandonamos uma ortodoxia Junguiana, que desmerece o espírito da vida e da obra de Jung, e aplicamos o conceito de arquétipo não somente ao funcionamento do Inconsciente, mas também da Consciência, nos damos conta que a atuação do Ego, inclusive no livre arbítrio, é sempre arquetípica, pois em última análise, o Ego é a expressão, ou, metaforicamente dito, a encarnação do Arquétipo Central na Consciência. E mais.

Baseado nessa relação filial ao Arquétipo Central, o Ego é capaz de optar pela escolha de um ou outro Arquétipo Regente para determinada elaboração simbólica. Minha filha foi reprovada na primeira série do colegial porque não estudou. Decido elaborar com ela o símbolo da reprovação. Escolho a elaboração pelo Arquétipo Matriarcal e a levo para almoçar no late Clube, onde realizamos juntos, muitas pescarias divertidas na sua infância e, no meio do almoço, pergunto como ela está se sentindo com a reprovação e sofro junto com ela a sua frustração. Ao invés disso, posso optar por uma coordenação pelo Arquétipo Patriarcal, pedir que ela se justifique e decidir por uma punição, que pode até incluir a suspensão de sua viagem já programada nas férias. Uma terceira opção pode ser pela coordenação da elaboração através do Arquétipo da Alteridade, na qual eu combinaria a atitude matriarcal com a patriarcal, pedindo que ela expressasse suas reações e interagindo as dela com as minhas emoções de surpresa e decepção. Finalmente, posso optar pelo Arquétipo da Totalidade para coordenar a elaboração simbólica de sua reprovação, convidando-a para ir à Pedra do Arpoador em Ipanema no pôr-do-Sol e fazer comigo uma meditação para contemplar sua reprovação no horizonte, dentro do seu processo existencial e o de toda a humanidade. A capacidade de escolha dos arquétipos pelo Ego é a prova cabal de ser ele a expressão do Arquétipo Central na Consciência e na Sombra, pois, nesse caso, o Ego faz numa escala menor exatamente o que o Arquétipo Central faz numa escala maior. Esta compreensão da capacidade do Ego de intervir na elaboração simbólica é imprescindível para o estudo das funções estruturantes, pois, como veremos melhor adiante, a função estruturante da sexualidade, por exemplo, pode ser bastante bem expressa quando coordenada pelo Arquétipo Matriarcal e pelo Arquétipo Patriarcal, ao passo que a função do amor conjugal somente pode ser expressa plenamente quando coordenada pelo Arquétipo da Alteridade e da Totalidade. Isto explica, por exemplo, porque a Psicanálise, cuja visão é dominada pelo Arquétipo Patriarcal (Byington, 2001) elegeu a sexualidade como função estruturante central do desenvolvimento psíquico.

Durante o período de dominância patriarcal que durou mais de dez mil anos até o início de nossa era, tivemos uma visão de mundo que determinou, entre outras situações

sociais e individuais, a estruturação patriarcal da identidade do homem e da mulher (Byington, 1986) e da família, como busquei demonstrar na penúltima Junguiana, aquela de número 17, sob o título “A Família como Dimensão Simbólica do Self” (Byington, 1999 A). A visão de mundo de dominância patriarcal afetou a sexualidade permitindo ao homem seu desempenho orgástico, inclusive fora da família, e limitando-a na mulher à procriação, em detrimento da sua plena realização no orgasmo. Esta restrição, como hoje é de conhecimento geral, incluía em muitas culturas a cliterotomia e o lancetamento múltiplo da região pubiana da mulher para que realizasse o ato sexual com dor e jamais com prazer. Em outras culturas “mais evoluídas” a cliterotomia tem sido exercida simbolicamente, sem o componente concreto, através da exclusão preconceituosa da excitação explícita do clitóris durante a relação sexual. Foram necessários o relatório Kinsey e o relatório Hite, na segunda metade do século vinte, para denunciar a falácia de que o orgasmo é predominantemente um privilégio do homem no ato sexual. De fato, esses dois pesquisadores mostraram de maneira convincente que sem o reconhecimento e a inclusão da função do clitóris, a participação plena da mulher na sexualidade não pode ser atingida. Durante a dominância patriarcal, o papel da mulher era procriar, criar e servir. Dar o orgasmo para a seu marido fazia parte do papel de ser mãe e “do lar”. A sociedade de dominância patriarcal só permitiu à mulher assumir sua sexualidade ativamente e sua autonomia financeira na prostituição, exercida fora do contexto familiar, geralmente numa parte da cidade pejorativamente estigmatizada e, assim mesmo, ganhar sua subsistência vendendo-se em troca do orgasmo do homem.

Devido ao usufruto do poder do homem patriarcal sobre a família, as fontes de produção, a religião e a política, ele próprio acreditou que só tinha regalias e nenhum prejuízo. Foi a própria miopia da visão de mundo de dominância patriarcal que percebeu a realidade de forma tão distorcida. Não enxergou o que mais lhe faltava e, por isso, não se deu conta de que foi exatamente a prepotência do seu poder repressor que desencadeou a maldição de Eros que o manteve simbiotizado à mãe, imaturo e inseguro emocionalmente, misógino e incapaz de amar devido à repressão da sensibilidade, da ternura e da afetividade. O correspondente desta limitação na mulher foi a sua submissão ao poder do homem que a manteve simbiotizada ao pai, com um forte complexo de inferioridade, impedida de participar do orgasmo, do poder religioso, econômico e político, o que comprometeu seriamente a sua auto-estima e a sua dignidade.

A Capacidade Simbolizadora do Ego e do Self

A psicologia tradicional tem afirmado erroneamente que a criança vive exclusivamente a concretude, baseada na observação correta de que o Ego só desenvolve seu poder de simbolização por volta dos cinco anos de idade. No entanto, isto é reduzir a criança ao Ego, posto que o Self, que engloba o Ego e o Arquétipo Central, tem um altíssimo poder simbolizador desde o início da vida, devido ao fato do Arquétipo Central formar a identidade do Ego e do Outro na Consciência e na Sombra através da elaboração dos símbolos. Para a Psicologia Simbólica, que é símbolo-centrada e não Ego-centrada, a atividade simbólica da personalidade como um todo diminui durante a vida, na medida em que a capacidade simbolizadora do Ego aumenta pela sua maior participação na função transcendente. A função transcendente, ao ser cada vez mais exercida pelo Ego, diminui correspondentemente a atividade simbolizadora do Arquétipo Central e, por isso, a capacidade simbolizadora da personalidade, como um todo, decresce na vida adulta. É este fato que torna as crianças e os adolescentes tão mais criativos, inquietos, idealistas, românticos, e atraentes e os adultos, freqüentemente, tão mais pobres, acomodados, reacionários, cínicos, desiludidos e maçantes. (Byington, 1996 B).

Esta imensa capacidade simbolizadora do Self do bebê se irradia para o Self familiar e cultural e a todos fascina e encanta. Ao nascer, a criança é o vir-a-ser, é o símbolo prospectivo do futuro da humanidade, é a promessa da auto-realização do imenso potencial criativo de nossa espécie, cuja dimensão somente a imaginação dos gênios vislumbra, em fugazes lampejos, no firmamento da Consciência. A criança não representa somente o símbolo da totalidade para os adultos. A criança é esse símbolo em carne e osso, fezes e urina. A criança é, no sofrimento e na indignação da fome e da cólica, e na paz e na tranqüilidade da saciedade e do sono, a encarnação dessa totalidade. Sua desproteção, sua infantilidade (cuja etimologia significa a impossibilidade de falar), sua delicadeza, sua sensibilidade, sua humildade, sua vulnerabilidade e sua fraqueza são a condição simbólica da força que expande a Consciência do adulto para vivenciar a ternura e abrir o Ego para o Outro, para a alteridade, para a compaixão, condição essencial da vivência da plenitude do relacionamento humano que é a função estruturante do amor conjugal.

“Naquela hora aproximaram-se de Jesus os discípulos, perguntando: Quem é porventura o maior no reino dos céus? E Jesus, chamando uma criança, colocou-a no meio deles e disse: Em verdade vos digo que, se não vos converterdes e não vos tornardes como crianças, de modo algum entrareis no reino dos céus. Portanto, aquele que se humilhar como esta criança, esse é maior no reino dos céus. E quem receber uma criança, tal como esta, em meu nome, a mim, me recebe. (Mateus 18: 1-5).

O grande poder conferido ao homem na sociedade de dominância patriarcal afastou-o da criança e dos seus significados simbólicos na família e nele próprio. Identificada pejorativamente com a fraqueza, a criança e, junto com ela, a ternura, foram entregues para serem criadas pelo sexo “frágil”, pela mulher, submetida ao homem e destituída da dignidade outorgada pelo poder financeiro, político, religioso e sexual. Conheço um analista descendente de família tradicional inglesa que, quando completou sete anos, foi vestido com suas melhores roupas por sua mãe para ser “apresentado” ao pai. Trabalhando fora, longe do lar e da criança, o estereótipo da identidade do homem na sociedade de dominância patriarcal foi um complexo de superioridade, cumulado de um poder tão extraordinário que sua ambição desmesurada se afirmou através do homicídio e da guerra. Dominou a mulher e aperfeiçoou a sedução “Donjuanesca” para comê-la como qualquer outro alimento e matar momentaneamente a fome de sua carência afetiva abissal, deslocada defensivamente para a sexualidade. Estuprou-a literal e metaforicamente, manteve-a subjugada, humilhada e coroou-a rainha do lar para melhor obedecê-lo e servi-lo. Consciente ou inconscientemente, a mulher complementou esse sadismo milenar com um imenso complexo de inferioridade desenvolvido através do usufruto secundário do poder pela submissão masoquista com a qual prostituiu gravemente a sua dignidade.

A Psicologia do desenvolvimento, que eu saiba, através de todas as escolas e por todos os autores pelos quais foi até hoje teorizada, com exceção da psicóloga americana Dorothy Dinnerstein, ratificou absurdamente a redução da formação da polaridade Ego-Outro na relação primária à relação com a mãe, dela excluindo tematicamente a relação com o pai. Esta deformação teórica terrivelmente mutiladora da relação primária só se justifica quando nos damos conta que ela expressa como verdade objetiva a unilateralidade oriunda da posição polarizada do Arquétipo Patriarcal, que atribuiu à mulher a ternura, a delicadeza, a afetividade, a vulnerabilidade e a sensibilidade necessárias para sintonizar com a natureza do bebê e, ao homem, a força bruta, a “paquidermice” e a prepotência incompatíveis com essa sintonia.

O resultado catastrófico dessa perspectiva teórica foi que a Psicologia do desenvolvimento manifestou a deformação Patriarcal da identidade do homem, da mulher e do bebê já na relação primária com o complexo parental (Dinnerstein, 1976).

O Arquétipo Patriarcal vivenciado criativamente foi e é capaz de feitos poderosos e maravilhosos na vida da humanidade. Sua capacidade destrutiva, no entanto, é proporcional à sua pujança criativa. Foi, em boa parte, o afastamento da criança, da ternura, da delicadeza, da vulnerabilidade e da fraqueza que deformaram e tornaram o poderoso homem patriarcal incapaz de amar não somente à mulher, mas também a outros homens, aos animais e à própria Terra. Dentre os troféus dessa trágica epopéia vitoriosa da onipotência do poder patriarcal estão o elitismo desumano das classes sociais e o luxo obeso de parte do Planeta, que confronta a miséria esqualida restante, escarnecendo dos cadáveres das guerras e das espécies animais sepultadas nos cemitérios da destruição ecológica.

James Hillmann descrê da psicologia do inconsciente porque, em um século, ela quase não melhorou a humanidade (Hillmann, 1995). Deve-se acrescentar que um fator importante para essa diminuta eficácia pode ter sido a redução da Psicanálise à sexualidade, da Psicologia Individual de Alfred Adler ao poder, e do conceito de arquétipo de Jung ao inconsciente, três caminhos que por um lado muito contribuíram para o Processo de Humanização, mas que, por outro lado, ao não identificarem a importância da ternura reprimida na personalidade do homem e da dignidade reprimida na personalidade da mulher, não conseguiram libertar a humanidade patriarcal de sua incapacidade de amar e não identificaram devidamente o paradigma da alteridade, condição essencial para compreender a luta da dimensão democrática contra a dimensão autocrática na consciência coletiva e empreender o resgate de sua Sombra patriarcal tão destrutiva. A voz solitária de Schultz-Hencke, que identificou a importância da ternura no desenvolvimento da personalidade do homem, permaneceu um farol solitário no oceano da Psicologia moderna, ofuscado pela noção da incapacidade de simbolização do Ego infantil. A ternura reprimida do homem impediu seu amadurecimento emocional e o manteve indiferenciado e próximo demais da mãe. O resultado dessa dependência imatura foi a “carnificinia” da mulher na ânsia de libertar-se. Impedido de realmente se desenvolver e amadurecer, ficou preso na compulsão de repetição de “comer” sexualmente e atacar sadicamente, um verdadeiro “desmembratio” alquímico, defensivo, cada vez mais amargurado, revoltado e escravo da sua incapacidade de amar.

A Analogia da Homossexualidade do Homem e da Prostituição da Mulher

na Sociedade Patriarcal.

Analogamente à autonomia financeira e sexual da mulher patriarcal vivenciada ainda que relativa e sombriamente na prostituição, a afetividade, a sensibilidade e a ternura do homem patriarcal foram vivenciadas relativa e sombriamente na homossexualidade. É preciso atenção para não interpretarmos mal estas considerações. A prostituição e a homossexualidade são aqui consideradas funções estruturantes do comportamento humano, podendo ser criativas ou defensivas, ou seja, atuando criativamente para formar a Consciência ou defensivamente para formar a Sombra. Por conseguinte, não se trata de julgar eticamente a prostituição e a homossexualidade, mas de reconhecer que elas são funções estruturantes e a partir daí tentar perceber como foram consideradas na visão do mundo patriarcal.

Dentro das inúmeras variações de como os homossexuais foram considerados na história, desde tolerados, perseguidos, e freqüentemente assassinados, até enaltecidos na Grécia antiga e nas cortes do Império Romano, chama a atenção um fenômeno importante para a compreensão da visão de mundo do homem patriarcal. Freqüentemente identificados ou identificando-se com a mulher e excluídos do grupo majoritário dos homens, os homossexuais masculinos puderam evitar relativamente a repressão machista da sensibilidade e da ternura através da vivência de amor entre homens, daí se transformarem com o tempo no grupo gay da modernidade. O fenômeno cultural da homossexualidade é extraordinariamente complexo e suas variações históricas são inúmeras, o que não permite de modo algum qualquer generalização. No entanto, não há como negar a importância da função estruturante da homossexualidade na manutenção, ainda que variável e relativa, da afetividade, da sensibilidade e da ternura durante a longa repressão do homem patriarcal. Este fato precisa ser bem compreendido porque muitos homens que hoje querem desenvolver sua sensibilidade e ternura hesitam em fazê-lo com medo de serem taxados se homossexuais. Os milênios de repressão afetiva do homem patriarcal criaram um patrulhamento ideológico que freqüentemente rotula de prostituta a mulher que assume a sua autonomia financeira e a sua sexualidade e de homossexual o homem que assume a sua sensibilidade e a sua ternura. O problema é de extraordinária importância porque o próprio homem que busca transcender a repressão patriarcal e se desenvolver afetivamente, freqüentemente se julga homossexual, chegando até mesmo a buscar a homossexualidade, sem sê-lo autenticamente. O encontro freqüente deste distúrbio da identidade masculina na psicoterapia levou-me a descrever a homoafetividade igualmente na homossexualidade e

na heterossexualidade como uma função estruturante independente da sexualidade. A seguir, podemos conceituar a homossexualidade criativa e a defensiva. Criativa é a homossexualidade natural e defensiva é a homossexualidade que foi adotada por um homem heterossexual para vivenciar sua afetividade, sua sensibilidade e sua ternura. Frequentemente, este diagnóstico é muito difícil de fazer e se torna o tema central da elaboração simbólica de um processo analítico.

Alteridade: A Terceira Grande Fase da Humanidade

A busca da identidade pós-patriarcal do homem e da mulher (Byington, 1986) situa-se dentro do terceiro grande paradigma da história da humanidade coordenada pela dominância do Arquétipo da Alteridade e coadjuvada pelo Arquétipo da Totalidade. O paradigma de alteridade vem sendo integrado pela Consciência Coletiva do Self Planetário através de busca de liberdade, igualdade e fraternidade. Já o paradigma da totalidade começa a ser integrado pelo processo de globalização que, infelizmente, tem sido visto principalmente nos seus aspectos negativos através dos quais as multinacionais têm buscado ampliar seus tentáculos e, relativamente pouco, na maravilha que é a ampliação da consciência do Self Planetário para perceber as vivências criativas e defensivas da nossa espécie como um todo.

Quem percebe a história através da perspectiva arquetípica milenar se dá conta facilmente de que as conseqüências das distorções do imenso poder estruturante do Arquétipo Patriarcal eram incompatíveis com a habitabilidade do Planeta e a sobrevivência de nossa espécie. A sofisticação crescente do poder estratégico e tecnológico dos exércitos e a devastação ecológica pela predação planetária preconizaram há mais de dois milênios essa possível destruição, que hoje se torna claramente visível. Ou nossa espécie ativava no seu genoma um outro arquétipo, uma outra visão de mundo para coordenar o desenvolvimento da Consciência Coletiva, ou nosso fim seria irremediável. Felizmente, nossa espécie dispõe geneticamente desse arquétipo, que denominei o Arquétipo da Alteridade. Ele foi ativado intensamente há 2500 anos com o Mito do Buddha na Índia e depois no Oriente e há 2000 anos com o Mito Cristão, inicialmente no Oriente Médio e posteriormente no Ocidente, dentre outras inúmeras manifestações (Byington, 1996 B). Pelas leis da genética moderna, sabemos que os principais gens e arquétipos que nos caracterizam sempre estiveram em nossas células desde o início de nossa história. Assim sendo, podemos afirmar que o Arquétipo da Alteridade não foi inventado pela civilização, mas sempre fez parte do nosso corpo. Ele

foi ativado intensamente pelas circunstâncias históricas. O grande problema é que a implantação da dominância cultural de um arquétipo na Consciência Coletiva, como já vimos, leva milênios, o que nos faz perguntar, entre a esperança e a angústia, se haverá ainda tempo para a alteridade se implantar em nosso processo de humanização a ponto de corrigir as distorções terrivelmente sombrias da poderosa organização patriarcal que moldou a civilização nos últimos dez mil anos.

O Amor Conjugal, a Ternura, o Sexo e a Dignidade

O amor conjugal é a função estruturante do desenvolvimento, da entrega existencial plena entre o homem e a mulher na heterossexualidade, ou entre dois homens ou duas mulheres na homossexualidade. O desenvolvimento da entrega existencial não é somente afetiva, pois inclui a pessoa como um todo com as inúmeras funções estruturantes do Self, como, por exemplo, a inteligência e a compreensão. O amor não é somente um estado psicológico, mas também um processo que se desenvolve e se aprende através da vida. O amor é uma gnose. Dentro da abertura da sensibilidade do Ser para a entrega, esse processo inclui a função afetiva como a boa fé, a dedicação e a confiança, mas é inseparável da inteligência racional e da atração erótica irracional, indispensáveis para a interação dialética que permeia o processo. A fidelidade no amor é definida pela dedicação extrema ao processo de humanização. O processo de entrega existencial dos cônjuges é o caminho da união existencial humana que começa na origem do Universo. É por isso que os amantes entendem tão bem a linguagem poética das estrelas. O caminho do amor conjugal é o aprendizado da essência da vida que se transforma e se realiza pelo encontro das polaridades. Percebemos que o amor é um aprendizado quando nos damos conta de que passamos a vida sofrendo com suas feridas e vamos aos poucos dedicando o que de melhor sabemos à ciência e à arte de amar.

A interrelação do Ego com o Outro na mentalidade patriarcal é ternária porque o Ego da pessoa dominante julga e reprime a Sombra do Outro sem expor a sua própria e, por isso, é incompatível com o processo gnóstico iniciático que se desenvolve dentro do relacionamento quaternário da alteridade, no qual, cada cônjuge cultiva sua luz na medida em que se abre para expor sua Sombra, o que torna a dedicação ao autoconhecimento inseparável da dedicação ao conhecimento do Outro.

O amor requer a busca da plena realização individual dos cônjuges e, por isso, ele é uma função estruturante que não pode ser plenamente cultivada nem sob a dominância matriarcal nem sob a dominância patriarcal. Sob a dominância matriarcal predominam a

sensualidade e o desejo e essa predominância impede a consideração plena da realidade do Outro. Sob a dominância patriarcal, as polaridades se relacionam na posição polarizada, na qual os pólos são vivenciados de forma desigual, o que impede a interação dialética plena do homem e da mulher.

A poesia é uma expressão do Arquétipo da Alteridade que expressa literariamente as inúmeras polaridades dos símbolos relacionadas dialeticamente através das metáforas. Os textos do Ramayana e do Mahabharata, poemas épicos da Índia e os Evangelhos da Paixão de Cristo, do início de nossa era, ilustram de forma exuberante e trágica a busca do amor e da compaixão limitadas pela repressão patriarcal que conduz à intolerância elitista, à opressão, ao homicídio e à guerra.

A perspectiva histórica arquetípica é milenar. Ela é anunciada simbolicamente pela característica prospectiva dos mitos. O Mito Cristão é o mito prospectivo da história do Ocidente nos últimos dois mil anos apesar da sua distorção brutal levada à cabo pelo Cristianismo institucional (Byington, 1990). No primeiro milênio de nossa Era, o processo civilizatório do Ocidente, inspirado no Mito Cristão, começou a integrar progressivamente a alteridade através da louvação da paixão de inúmeras maneiras, inclusive através do amor de Maria e da vida dos Santos, dentro do tema do amor impossível daquele que morreu para continuar guiando a humanidade, após sua ressurreição, em direção a compaixão e ao amor. Uma das interpretações do Mito Cristão, do filho herói ser crucificado e atingir sua missão do amor e da compaixão na Ressurreição é de ser este amor inatingível no paradigma patriarcal e necessitar da transformação da Consciência Coletiva para renascer no paradigma de alteridade onde só então é capaz de se realizar.

O drama do amor impossível que mais marcou a Idade Média na Europa Cristã foi certamente o célebre romance de Abelardo e Heloísa, cujas cartas relatam sua profundidade. O teólogo, poeta e filósofo Abelardo (1079 – 1142) foi recomendado pelo poderoso Fulbert, conselheiro de Notre Dame em Paris, para ser o instrutor de sua brilhante sobrinha Heloísa (1098- 1164). Apaixonados, mas impedidos de se unirem devido à nobreza familiar dela, casaram-se secretamente e ela foi ter um filho na Inglaterra. Descoberto o casamento, sua família engendrou o ataque e a castração de Abelardo, que se tornou monge em St. Denis, enquanto que Heloísa terminou seus dias como freira em Argenteuil (Enciclopédia Britânica, 1993, vol. 5, pg. 810).

É no século XIII, quase no final da Idade Média, que surge a literatura Ocidental propriamente, quando o Mito se “encarna” no canto dos trovadores e vai buscar o sangue de Cristo no Graal para viver a justiça e o amor. Junto com Excalibur, a espada através da qual Arthur une o baronato dentro da monarquia, instala-se o drama do amor impossível

entre Guinevière, rainha e esposa de Arthur, e Lancelote, o principal cavaleiro da Távola Redonda. De um lado, a instituição monárquica, a família real e o status da corte e, do outro, a individualidade profunda e o amor. Diante da impossibilidade de vivenciar nesse contexto a alteridade que é sempre extraordinária e única, Guinevière se tornou freira e Lancelote um cavaleiro errante em nome de sua amada.

A célebre lenda de Tristão e Isolda foi celebrizada na ópera de Richard Wagner (1813-1883), baseada na versão de Gottfried von Strassburg e se tornou a jóia da poesia germânica medieval, publicada em 1210. Suas origens remontam à lenda Celta, segundo o qual o jovem Tristão, tendo matado um terrível dragão que assolava a Irlanda, pede a mão da princesa Isolda para seu tio, o Rei Mark da Cornualia. Durante a viagem, os jovens bebem a poção mágica, preparada pela mãe de Isolda para ela e o soberano, e se apaixonam. Seu amor, no entanto, como aquele entre Guinevière e Lancelote, colide com os cânones da organização social patriarcal, o que torna seu fim trágico inevitável (Enciclopédia Britânica, 1993, vol. XI, pg. 933).

O mais famoso drama literário do amor impossível foi descrito já no Renascimento pelo escritor italiano Matteo Bandello (1485-1561) e imortalizado por William Shakespeare (1564-1616) em *Romeo e Julieta*, publicado em 1593. Na medida em que a dimensão social patriarcal se estabeleceu plenamente nas nações europeias, a incompatibilidade do amor com a dominância patriarcal passa da polaridade entre a monarquia e a nobreza (Lancelote e Guinevière e Tristão e Isolda), ou entre a nobreza e a intelectualidade (Heloísa e Abelardo) para a polaridade entre duas poderosas famílias rivais, os Capuleto (Julieta) e os Montague (Romeo) que competem e se odeiam na sociedade de Verona.

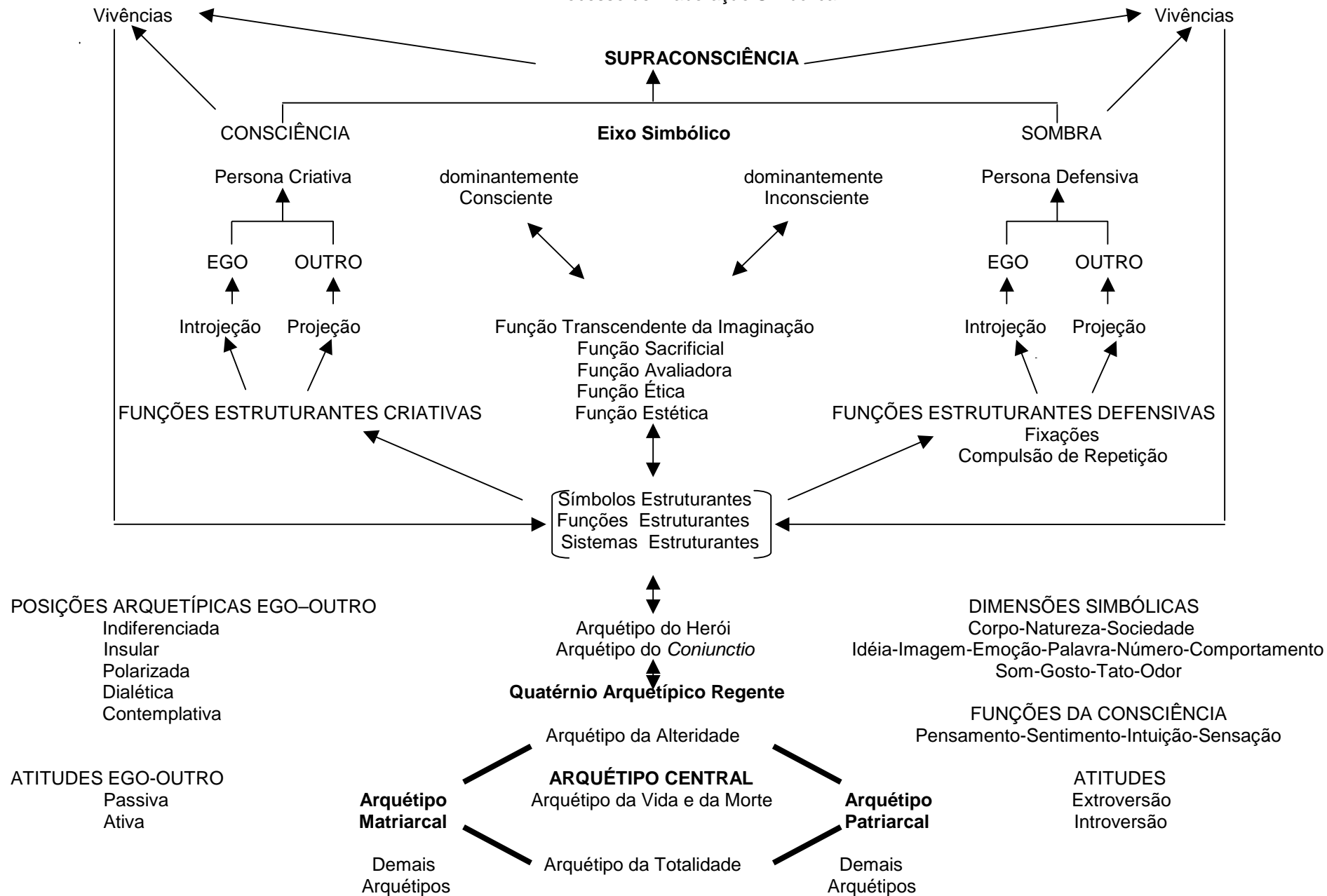
Passaram-se os séculos e, apesar da repressão patriarcal com seu elitismo, sua intolerância, sua destrutividade ecológica e suas guerras, a busca dos direitos humanos, da social-democracia e da consciência ecológica, junto com a globalização, mostram que o Arquétipo da Alteridade e o Arquétipo da Totalidade, apesar de variarem muito sua integração na Consciência Coletiva das diferentes nações, continuam progressivamente sua lenta implantação. Essa implantação atinge os direitos humanos individuais e sociais e progressivamente também a natureza. Dentro desse processo civilizatório, o amor conjugal se apresenta como imprescindível. Sua busca é necessária à plena realização humana, mas altamente revolucionária e problemática devido à desorganização que traz à família e à sociedade de dominância patriarcal. Na medida porém em que se liberam e se integram cada vez mais as funções estruturantes da ternura, da sensibilidade e da afetividade do homem e da realização criativa profissional e sexual da mulher, a pujança e o desafio engrandecedor do amor conjugal são cada vez mais buscados para o encontro

afetivo, companheiro, erótico, compreensivo e auto-realizador do homem e da mulher, cujo vínculo é inseparável da natureza criativa ou destrutiva do Processo de Humanização.

Psicologia Simbólica Junguiana

ESTRUTURA E DINÂMICA DO SELF

Processo de Elaboração Simbólica



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Byington, Carlos Amadeu Botelho (1983) "O Mito Cristão como Principal Símbolo Estruturante do Padrão de Alteridade na Cultura Ocidental". *Junguiana*, n.º 1, Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica, São Paulo, 1983.

_____ (1986) "A Identidade Pós-Patriarcal do Homem e da Mulher e a Estruturação Quaternária do Padrão de Alteridade da Consciência pelos Arquétipos da Anima e do Animus". *Junguiana*, n.º 4, Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica, São Paulo, 1986, pgs. 5-70.

_____ (1990) "Prefácio do Martelo das Feiticeiras". Editora Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 1990.

_____ (1996 A). *O Arquétipo da Vida e da Morte. Um Estudo da Psicologia Simbólica*. *Junguiana* n.º 14 São Paulo, 1996.

_____ (1996 B) "Pedagogia Simbólica. A Construção Amorosa do Conhecimento de Ser." Ed. Rosa dos Tempos- Record, Rio de Janeiro, 1996.

_____ (1999 A) "A Família como Dimensão Simbólica do Self". *Junguiana*, n.º 17, Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica, São Paulo, 1999.

_____ (1999 B) "O Arquétipo de Alteridade e o Processo de Humanização da América Latina". *Anais do II Congresso Latino-Americano de Psicologia Junguiana*. Rio de Janeiro, 1999.

_____ (2001) "A Inveja Criativa e Defensiva. Um Estudo das Funções Estruturantes pela Psicologia Simbólica". No prelo.

Dinnerstein, Dorothy (1976) "The Mermaid and The Minotaur. Sexual Arrangements and Human Malaise". Harper, New York, 1977.

Enciclopédia Britânica, Toronto, 15^a edição, 1993.

Engels, Friederich (1884) "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado", Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1977.

Hillman, James "Cem anos de Psicoterapia e o Mundo Continua Cada Vez Pior." Editora Sumus, São Paulo, 1995.

Ribeiro, Darcy (1968) "O Processo Civilizatório", Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968.

Teilhard de Chardin, Pierre (1947) "Le Phenomène Humain", Ed. Seuil, Paris, 1955.